

A DUALIDADE HIERARQUIA E IGUALDADE NA MODERNIDADE BRASILEIRA E INDIANA: A EXPERIÊNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

THE DUALITY OF HIERARCHY AND EQUALITY IN BRAZILIAN AND INDIAN MODERNITY: THE EXPERIENCE OF AFFIRMATIVE ACTIONS

LA DUALIDAD DE LA JERARQUÍA Y LA IGUALDAD EN LA MODERNIDAD BRASILEÑA E INDIA: LA EXPERIENCIA DE ACCIONES AFIRMATIVAS

Lidia Bueno Pereira¹

Resumo

Brasil e Índia adotam as políticas de ações afirmativas, dispositivos que têm como finalidade a diminuição da diferença entre castas e classes nos contextos contemporâneos desses países. Em termos sociológicos, torna-se importante indicar a persistência do modelo hierárquico, entendido como um dos eixos estruturantes para compreender o universo das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas dos dois países. A construção deste trabalho teve como objetivo a reflexão sobre o modelo de modernização clássico hegemônico, o conceito de hierarquia e o papel das ações afirmativas na dualidade entre hierarquia e igualdade. A partir de uma abordagem comparada sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e na Índia, utilizo os referenciais das políticas públicas, da teoria das modernidades múltiplas, das análises sobre a ordem global e dos estudos inspirados na obra clássica de Dumont (1997) que focaliza os discursos de modernização versus hierarquia, e hierarquia versus igualdade. O diálogo com os diferentes autores possibilitou uma construção reflexiva sobre as repercussões da teoria da modernização clássica, adotada pelos países considerados em desenvolvimento, e como as políticas públicas de ações afirmativas operam nesse cenário. O paradoxo da noção de igualdade e hierarquia apresenta-se potencialmente fértil para entender o processo histórico das tentativas de mitigação das desigualdades sociais que afetam estes países, a partir das políticas públicas igualitárias de natureza reparatória, as ações afirmativas.

Palavras-Chave: Ações Afirmativas; Hierarquia; Igualdade.

Abstract

Brazil and India use affirmative action policies, devices that aim to reduce the difference between castes and classes in the contemporary contexts of these countries. In sociological terms, it is important to indicate the persistence of the hierarchical model,

¹ Graduada em Ciências Sociais (2020), Mestranda PPGAS (UFRGS). E-mail: lidiabuenop@gmail.com.

understood as one of the structuring axes to understand the universe of social relations in the social and economic formations of both countries. The construction of this paper sought to reflect on the hegemonic classical modernization model, the concept of hierarchy and the function of affirmative actions in the duality between hierarchy and equality. From a comparative approach on affirmative action policies in Brazil and India, I decided to use the frameworks of public policies, the theory of multiple modernities, analyzes of the global order and studies inspired by the classic work of Dumont (1997) that focuses on the discourses of modernization versus hierarchy, and hierarchy versus equality. The dialogue with the different authors allowed for a reflective construction on the repercussions of the classical modernization theory, adopted by countries considered to be developing, and how public affirmative action policies operate in this scenario. The paradox of the notion of equality and hierarchy is potentially fertile for understanding the historical process of attempts to mitigate social inequalities that affect these countries, based on public policies of a reparatory nature, and affirmative actions.

Keywords: affirmative actions; hierarchy; equality.

Resumen

Brasil e Índia adotam políticas de ação afirmativa, dispositivos que apontam a reduzir a diferença entre castas e classes em los contextos contemporâneos de estos países. En términos sociológicos, es importante señalar la persistencia del modelo jerárquico, entendido como uno de los ejes estructurantes para comprender el universo de las relaciones sociales en las formaciones socioculturales y económicas de ambos países. La construcción de este trabajo tuvo como objetivo reflexionar sobre el modelo de modernización clásico hegemónico, el concepto de jerarquía y el papel de las acciones afirmativas en la dualidad entre jerarquía e igualdad. Desde un enfoque comparativo de las políticas de acción afirmativa en Brasil e India, usó los marcos de las políticas públicas, la teoría de las múltiples modernidades, análisis del orden global y estudios inspirados en el trabajo clásico de Dumont (1997) que se centra en los discursos de modernización versus jerarquía y jerarquía versus igualdad. El diálogo con los diferentes autores permitió una construcción reflexiva sobre las repercusiones de la teoría clásica de la modernización, adoptada por países considerados en desarrollo, y sobre cómo operan las políticas públicas de acción afirmativa en este escenario. La paradoja de la noción de igualdad y jerarquía es potencialmente fecunda para comprender la mitigación de las desigualdades sociales que afectan a estos países, a partir de políticas públicas igualitarias de carácter reparador y acciones afirmativas.

Palabras clave: acciones afirmativas; jerarquía; igualdad.

INTRODUÇÃO

O construto deste artigo tem como objetivo refletir sobre o modelo de modernização clássico eurocêntrico, o conceito de hierarquia e o papel das ações afirmativas na dualidade entre hierarquia e igualdade. Brasil e Índia adotam as políticas de ações afirmativas, dispositivos que funcionam como plano de encurtamento da diferença entre castas e classes nos contextos contemporâneos desses países. Do ponto de vista sociológico, torna-se importante mencionar a persistência do modelo hierárquico, entendido como um dos eixos estruturantes para compreender o universo das relações sociais nas formações socioculturais e econômicas dos países. Pretende-se compreender aqui como funciona a tentativa da mitigação e/ou superação das desigualdades sociais que impactam esses dois universos, por meio de políticas públicas igualitárias de natureza reparatória, as ações afirmativas (AAs).

Opto por pensar as repercussões da teoria da modernização clássica, adotada pelos países considerados em desenvolvimento, e como as políticas públicas de ações afirmativas atuam nesse processo, entendendo que a modernização pode se utilizar do paradoxo da noção de igualdade e hierarquia. Isso faz com que haja uma possível crítica às sociedades hierárquicas. Com uma abordagem comparada sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e na Índia, utilizo os referenciais das políticas públicas, da teoria das modernidades múltiplas, das análises sobre a ordem global e dos estudos inspirados na obra de Dumont (1997), que focaliza os discursos de modernização versus hierarquia, e hierarquia versus igualdade. O estudo das ações afirmativas e seus desdobramentos no universo social tem ocupado um lugar de notoriedade nas ciências sociais nos últimos anos. Pensar a forma como essas políticas públicas são inseridas nas sociedades e, mais além, em como o estudo das múltiplas modernidades, igualdade e hierarquia podem ser úteis para o aprimoramento dessas discussões é primordial para evidenciar diferenças e desigualdades existentes e para buscarmos políticas públicas mais abrangentes e singulares no sentido de abarcar um maior número de indivíduos e suas especificidades e individualidades.

Este artigo se insere na corrente dos estudos contra-hegemônicos, ao buscar compreender o papel do sistema hierárquico e o modelo moderno de igualdade nas sociedades brasileira e indiana, bem como procura entender como funcionam as políticas públicas de ações afirmativas nesses contextos. O artigo faz uma introdução,

expondo como o Brasil e a Índia se localizam no sistema mundo, quais suas importâncias e potencialidades, separadamente e em conjunto. Apresenta o debate sobre a teoria da modernidade e das múltiplas modernidades para introduzir a discussão e a conceituação de igualdade. Examina o conceito de hierarquia, traçando um paralelo entre a dualidade hierarquia versus o conceito de igualdade. Subsequentemente aborda as particularidades do processo de modernização na Índia e no Brasil, compreendendo a importância de pensar a modernização de forma diferenciada, desassociando esse conceito da lógica hegemônica. Em seguida, reflete sobre as desigualdades do sistema de castas indiano e de classes do brasileiro, avaliando que são características fundamentais para o entendimento das sociedades contemporâneas desses países. A partir dos referenciais teóricos, apresenta o tema das políticas de ações afirmativas e faz uma reconstrução histórica dos processos de inserção das políticas públicas na Índia e no Brasil. Por último, estabelece considerações finais com possíveis desdobramentos e enquadramentos futuros da temática.

CONTEXTUALIZAÇÃO RELAÇÃO ÍNDIA x BRASIL

Brasil e Índia se constituem em duas potências emergentes no sistema mundo (WALLERSTEIN, 2004, p. 76) e assim são consideradas por organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O ideário de modernidade faz parte da agenda pública e ambiente político-cultural desses países, desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os governos do Brasil e da Índia costumam afirmar sua relevância para a ordem internacional. Após o fim da bipolaridade mundial entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), nos dois países houve discussão sobre seus modelos de desenvolvimento que, em consequência, mudaram as suas estratégias, passando a priorizar a formação de alianças regionais ou multicontinentais, como no caso dos BRICSs (NASCIMENTO, 2009 apud STUENKEL, 2014). Os dois países apresentam aspirações comuns, como serem reconhecidos como potências hegemônicas, em um mundo multipolar. Os países compartilham desafios comuns, como os problemas estruturais de desigualdade social e econômica, além de problemas estruturais de desenvolvimento.

Apesar do interesse mundial recente no crescimento econômico da Índia, seu relativo sucesso foi antecedido por um processo lento desde sua independência da Grã-

Bretanha, em 1947. Somente a partir da década de 1980 o país experimentou um crescimento econômico constante e significativo. Entre 1980 e 2019, o crescimento médio anual foi de 6,12%, na última década (2010-2019) obteve um crescimento médio de 6,7%, chegando em 2015 ao maior crescimento anual deste período chegando a 7,99%. Este alto e constante crescimento fez o país chegar ao patamar de uma das economias mais bem-sucedidas nos últimos 40 anos (DATA WORLD BANK, 2020). Os dados do Banco Mundial de 2019 demonstram que a população indiana chega a 1.366.417.756 habitantes, representa o sétimo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo e um PIB per capita de 2.104 US/ano em 2019. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está em 0,647 (considerado médio desenvolvimento). A taxa de alfabetização entre adultos (maiores de 15 anos) chega a 75% (2018) e a expectativa de vida ao nascer é de 69 anos (2018). A Índia está tentando efetivar uma transformação que poucas nações na história moderna conseguiram realizar com sucesso: liberalizar a economia dentro de uma ordem democrática estabelecida (VARSHNEY, 2007, p. 73 apud STUENKEL, 2014).

Existem múltiplos aspectos que dificultam a implementação da democracia liberal na Índia, sendo um dos fatores primordiais o sistema de castas e suas complexidades, entre elas a dificuldade de uma eventual mobilidade econômica e social dos indivíduos. Seguidamente as políticas reformistas indianas são divididas em duas categorias: políticas para as elites e políticas para as massas (VARSHNEY, 2007, p. 80 apud STUENKEL, 2014). A distinção das reformas para as elites e para as massas é crucial para entendermos a realidade indiana. Enquanto para as elites o futuro da Índia nunca pareceu tão promissor, para o restante a realidade não parece ser a mesma. A população com menor poder econômico do país possui algumas restrições quanto à implementação de medidas neoliberais e reformas econômicas. Essa disputa pelas políticas reformistas é um plano de fundo essencial para a compreensão de categorias importantes do tecido social indiano neste trabalho. A Índia tornou-se uma grande potência, com grande parte da população na pobreza (MENON, 2013, p. 96). Os desdobramentos das questões sociais e das desigualdades ajudam a entender seu lugar na ordem global.

Desde o início dos anos 1950, estudiosos europeus constituíram o campo da chamada sociologia da Índia, que veio a ser integrado pelos os estudos “nativos” (PEIRANO, 2006). Os principais protagonistas, quando se pensa em pioneirismo dessa

discussão, do ponto de vista europeu, foram Louis Dumont e David Pocock, fundadores do periódico “Contributions of Indian Sociology”, que publicou uma série de estudos sobre a Índia. As problemáticas do universo sociopolítico indiano e suas particularidades, em especial o sistema de castas, têm sido objeto de estudo constante, pois continua a ser uma tarefa desafiadora entender esse universo (MADAN apud PEIRANO, 2006). Quando comparada à brasileira, observa-se que a sociedade indiana urbana tem despertado mais interesse dos estudiosos europeus.

O Brasil tornou-se pobre em “exotismo” para comparações com a sociedade Ocidental, gerando bem menos interesse do que no caso indiano (PEIRANO, 2006, p. 115). A sociedade brasileira tem sido vista como parte do Ocidente, não haveria assim uma contraposição não ocidental como no caso da Índia. Peirano (2006), estudiosa do tema, afirma o papel pouco interessante de subdesenvolvimento assumido pelo Brasil como um país que aspira o desenvolvimento e a modernidade. Para a autora, chamamos a atenção do continente europeu quando desafiamos seus modelos analíticos, como no caso da teoria da dependência ou da teologia de libertação, mas essas foram exceções. Contudo, essa condição propiciou que o Brasil desenvolvesse suas próprias ideias sobre sua sociedade, no que Otávio Velho (1982) chama de “privilegio do subdesenvolvimento” (PEIRANO, 2006, p. 116). Na Índia, em diversos momentos, seus problemas sociais foram definidos por um olhar europeu.

O Brasil obteve um crescimento econômico anual médio entre 1980 e 2019 de 2,41%. Nas últimas quatro décadas o país se consolidou de forma estática, tendo um pico de crescimento entre 2005 e 2010 com uma média de 4,28%, tendo seu auge no ano de 2010 com um crescimento anual de 7,52%. Os dados do Banco Mundial 2019 indicam que a população brasileira chega a 211.049.519 milhões de habitantes, com o nono maior PIB do mundo. A renda per capita anual em 2019 foi de 8.717 US e o Brasil mantém um IDH de 0,76 (considerado de alto desenvolvimento). A taxa de alfabetização entre adultos (maiores de 15 anos) chega a 93% da população e a expectativa de vida ao nascer é de 76 anos (2018) (DATA WORLD BANK).

MODERNIDADES

O eurocentrismo é uma categoria que implica na construção de discursos, saberes e criação de um “outro” inferiorizado para que a Europa emergja como lócus de

uma enunciação da aparência universal, atópica e verdadeira. Portanto, enquanto a Europa se constitui como centro emissor da história, constitui o “outro subalternizado” (NOPES, 2013). O eurocentrismo apresenta-se como universalista quando produz regras e discursos que todos os povos devem seguir, nos termos simbólicos e nos princípios de realidade multifacetados, determinando qual é a expressão moderna de existir (NOPES, 2013).

Modernidade e modernização são noções embrionárias do discurso eurocêntrico. O processo de modernização é uma etapa da modernidade cujas bases são estruturadas a partir do final do século XV, precisamente em 1492. Para Dussel (apud NOPES, 2013), as diferenças entre sociedades e a diferença colonial empiricamente surgem naquela data, quando a modernidade apresenta condições históricas para “[...] sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico” (DUSSEL, 2005, p. 66).

O processo de modernização é de hierarquização e dominação. Trata-se da classificação entre os bárbaros/selvagens e civilizados, entre sociedades tradicionais e modernas – nesse segundo caso, principalmente, vinculado às questões de urbanização e industrialização. Nada mais é do que a legitimação de um único e verdadeiro saber científico europeu. No século XX, as relações de hierarquia modificam-se e ganham novos rótulos. Noções para diferenciar países desenvolvidos e subdesenvolvidos surgem, para confirmar a ascensão dos Estados Unidos como potência, e uma nova organização geopolítica do planeta, o Norte e o Sul Global. Desse caminho surge o projeto de modernização universal sob os pressupostos eurocêntricos, com discurso de um crescimento tecnológico que poderia se estender para todos os povos de maneira igualitária, diminuindo as desigualdades do sistema mundo (NOPES, 2013).

O conceito de colonialidade, elaborado por Mignolo (2005), representa o outro lado da modernidade, o que foi negado, invisibilizado, inferiorizado, violentado pelo pensamento eurocêntrico. Esse pensamento tem como principal característica a rejeição do diverso, das possibilidades do heterogêneo (NOPES, 2013). As categorias “colonialidade do poder” e “colonialidade do saber”, elaboradas por Quijano (1997), representam estratégias e dispositivos de controle, dominação e exploração humana como práticas hegemônicas euro centradas (NOPES, 2013). A colonialidade do saber

nos países colonizados se consolidará no processo das formações nacionais. Para Quijano (2005), o processo histórico da modernidade desenvolve-se pela imagem de superioridade da Europa, que é sustentada pela “colonialidade do poder”, a partir do reconhecimento dos conceitos ocidentais de civilidade, progresso e desenvolvimento. A Europa traça as normas sociais em que se deve viver. Tudo que foge da norma é diretamente ou indiretamente datado como ultrapassado. É um processo cruel e difícil de se desvincular. As antigas colônias não foram apenas influenciadas pelo sistema econômico, político, social e cultural ocidental, os seus saberes foram colonizados. A “colonialidade do saber”, segundo Porto-Gonçalves (2005), revela que, além do legado das desigualdades e das injustiças sociais, vindas do colonialismo e do imperialismo, questões salientadas pela teoria da dependência e outras já desenham como existe um legado epistemológico eurocêntrico, que nos impede de ver o mundo de outra forma, distante do horizonte europeu, não nos permitindo ver o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos.

O projeto de modernização elaborado para as antigas colônias europeias na América não observava as diversas possibilidades de existência de cada sociedade, seus contextos distintos e suas diversidades locais. Quijano (2005) havia refletido como o local colonial era parte do poder ao mesmo tempo físico e imaginário, onde atua a colonialidade do poder e a colonialidade do saber. Trata-se de impossibilidades de outras formas de existir, de saber, de viver. Os países não pertencentes ao norte global dominante ficam à mercê de uma interpretação da realidade que não é a sua. A eterna sensação de que falta algo, um projeto que está por vir, a modernização que vai chegar ou, melhor dizendo, que precisa chegar. Ao contrário da visão europeia, os processos de modernização não acontecem de forma linear e igualitária para todas as sociedades (NOPES, 2013).

Desde o final do século XIX e início do XX, a ciência moderna tornou-se o saber dominante no Ocidente, e os saberes foram minuciosamente articulados e organizados para que fossem tratados como verdades absolutas e universais. Contudo, novas abordagens, a partir da metade do século XX, inauguraram os “estudos periféricos”, que fogem da perspectiva eurocêntrica e colonial. Duas das obras principais dessa nova abordagem é “Pele Negra, Máscaras Brancas”, de Frantz Fanon (1952), e “Orientalismo – A Invenção do Oriente pelo Ocidente”, de Edward Said (1978). Fanon salientava como a invenção do racismo era uma peça fundamental para a manutenção

da dominação europeia sobre os povos. Said analisava a invenção do Ocidente sobre o Oriente, como o Ocidente criou uma representação reduzida do Oriente (NOPES, 2013).

A modernização vem sendo questionada ao longo dos anos, especialmente por seu caráter universalizante, não considerando que as sociedades estão em lugares diferentes no sistema econômico mundial e, conseqüentemente, não têm o mesmo poder de desenvolvimento. Para o sistema, é interessante que determinadas sociedades permaneçam em seus lugares na ordem mundial, dependentes e relativamente fracas, as chamadas sociedades não industriais. A teoria da dependência tem uma relação importante com as questões da teoria da modernização. Ela explica o porquê de os países do Terceiro Mundo acabarem por não conseguir se desenvolver economicamente como as potências globais do chamado mundo do norte. Nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial, o que determinava o desenvolvimento econômico das nações era, justamente, a modernização, os valores chamados de modernos. O sistema econômico mundial tem um caráter altamente desigual na distribuição de poder e de recursos, o que coloca a maioria das nações em uma situação de dependência em relação às potências globais industriais.

Este artigo usa a ideia de modernidades múltiplas para compreender a realidade social dos dois países emergentes, Brasil e Índia, entendendo que essa pode ser uma alternativa interessante para compreender as nuances do mundo contemporâneo. Uma das questões de maior utilidade da ideia de modernidades múltiplas para os fins deste estudo é a separação entre modernidade e ocidentalização. Os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas formas autênticas de modernidade, mesmo que historicamente tenham sido consideradas o padrão universal, um ponto de referência básico para os restantes (EISENSTADT, 2001, p. 139).

Uma das implicações mais importantes do termo “modernidades múltiplas” é que a modernidade e a ocidentalização não são idênticas; os padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas modernidades “autênticas”, apesar de gozarem de precedência histórica e de continuarem a ser um ponto de referência básico para os restantes. (EISENSTADT, 2001, p. 140).

Utilizar-se da ideia de modernidades múltiplas é assumir que a melhor forma de entender o mundo contemporâneo é considerar um leque de possibilidades de entendimento do que pode ser modernidade, em que cada sociedade pode se

desenvolver de forma singular. Uma das características que pode ser observada nesse processo é o entendimento que a modernidade é simplesmente seu potencial de autocorreção, sua capacidade de enfrentar os problemas nunca imaginados no seu programa original. Ao lidar com problemas distintos, as sociedades contemporâneas podem utilizar-se cada vez mais de possibilidades, modos e recursos culturais das suas respectivas tradições civilizacionais (WEIMING, 2000 apud EISENSTADT, 2007). A perspectiva elucida o caráter essencialmente moderno dos novos movimentos sociais, identidades coletivas, ultrapassando o modelo clássico do Estado, territorial, nacional ou revolucionário, e traçando um diálogo contínuo entre forças de reconstrução moderna e forças tradicionais (EISENSTADT, 2001).

DESIGUALDADES BRASIL E ÍNDIA

A herança colonial no Brasil se expressa nas questões raciais que estão ligadas ao processo de transformações sociais que reproduziram o racismo, ainda que ressignificado, ao longo da história do país mesmo depois da independência de Portugal. As desigualdades raciais, que se expressam na pobreza, desemprego, falta de acesso à educação, são muitas vezes entendidas como consequência da falta de mérito dos indivíduos (ALMEIDA, 2018). A meritocracia manifesta-se por meio de mecanismos seletivos institucionais, tais como processos seletivos nas universidades e concursos públicos. No Brasil, a negação do racismo e o mito da democracia racial sustentaram um discurso meritocrático. Se não existe racismo, a culpa da falta de êxito das pessoas negras seria delas mesmas que, supostamente, não fizeram o suficiente para aproveitar as oportunidades que estavam ao seu alcance.

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2018, p. 56).

A herança colonial na Índia teve severas consequências para seu tecido social contemporâneo. Os britânicos criaram estruturas de desigualdade em todos os domínios da vida social. Após o processo de independência da Índia, o país passou por um caminho de desassociação de um sistema totalmente estranho de governança legal e moralmente.

A casta era, originalmente, um fenômeno principalmente social e religioso, mas os britânicos instituíram a casta como um critério de organização da política. A casta como hierarquia ritual foi transformada em uma hierarquia de poder. Com o passar do tempo, a casta tornou-se sinônimo de estratificação social. A hierarquia e a desigualdade passaram a ser determinadas por valores e normas, e pela distribuição de recursos e oportunidades da vida social. O fato é que, em qualquer ponto da história de uma sociedade, a estratificação social é a produção e a reprodução de um sistema de valores e forças estruturais. Diferentemente dos exemplos europeus, a Índia não contava com duas classes, o proletariado e a burguesia, os fatores econômicos, por si só, não causam desigualdade e hierarquia (PEILIN et al., 2013).

A classe média indiana surgiu no pós-independência junto aos processos de urbanização, modernização e globalização, porém ela se constituiu em uma pequena parte da sociedade. O desenvolvimento não atingiu os mais pobres e, conseqüentemente, as castas mais baixas. Apesar da persistência de formações sociais tradicionais ao lado de instituições novas ou modernas, uma nova classe dominante emergiu na Índia pós-independência, e essa classe lançou um desafio à hierarquia persistente e aos arranjos socioculturais. A rigor, hoje, “diferença social” e “poder” são mais valorizados que a hierarquia ritual. A estratificação social é um fenômeno multifacetado e multicausal. “Casta”, por si só, não explica sozinha o universo complexo das diversas relações sociais na Índia, embora seja um pano de fundo importante social e historicamente para entendê-la (PEILIN et al., 2013). Reconceituar a relação casta-classe-poder é importante para lidar com as diferenças sociais emergentes e as distâncias entre diferentes partes da sociedade, famílias e indivíduos. A estratificação social na Índia deixou de ser estática e fechada, como era na época colonial, e status e poder passaram a ser levados em conta na para estratificação social. Podemos, de forma sintética, resumir em três pontos principais o sistema de castas indiano. O primeiro deles é a relação entre puro e impuro, a questão de valores e normas, que são a base do surgimento do sistema de castas. A segunda é a casta como um fenômeno econômico que se justifica para o domínio, exploração e as disparidades baseadas nesse sistema, tornando-se mais uma forma de hierarquia político-econômica. Por último, a casta virou um fenômeno cada vez mais imperceptível. A diferenciação de papéis, a importância da família e do indivíduo na mobilidade social, as hierarquias de status e o prestígio tornaram o uso da casta algo

flexível. Casta refere-se a uma racionalidade intencional, mas também fornece descrição e explicação dos problemas políticos e econômicos da Índia moderna (SHARMA, 2001 apud PEILIN et al., 2013)

AÇÕES AFIRMATIVAS BRASIL E ÍNDIA

As ações afirmativas (AAs) podem ser definidas como um conjunto de políticas focais que beneficia pessoas pertencentes a minorias sociais, grupos discriminados e vítimas de exclusão social e econômica no passado ou no presente, servindo como meio de reparação histórica. As ações afirmativas são todo programa, público ou privado, que tem como objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas ao bem-estar coletivo (FERES JÚNIOR et al., 2018). São políticas públicas que têm como objetivo combater discriminações, sejam elas étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação desses grupos nos processos educacionais, políticos, no acesso à saúde, bens materiais etc.

A rigor, as ações afirmativas têm sido aplicadas em diversos países como resposta a pressões de movimentos sociais pela elevação da qualidade de vida e das condições de mobilidade social de grupos historicamente desprivilegiados (CAHN, 2002; ROBINSON, 2001 apud FERES JÚNIOR et al., 2018). Um dos diferenciais das políticas de ação afirmativa é seu impacto positivo na coletividade e para indivíduos discriminados, podendo ser utilizada como um instrumento de mudança social e reparação de processos históricos discriminatórios contra determinados indivíduos de certos grupos sociais.

Uma das dificuldades de equiparar o sistema de castas indiano e suas políticas de reserva com o universo das ações afirmativas, como no caso do Brasil ou dos EUA, é a inexistência das noções/termos de etnia e raça para escolha dos beneficiados. Mesmo que a noção de etnia seja utilizada na Índia, está longe de ser o delimitador da posição social do indivíduo indiano (FERES JÚNIOR et al., 2018).

No debate sobre essas políticas públicas em sociedades pós-coloniais ocidentais, frequentemente se acionam três argumentos fundamentais como justificativa: reparação, justiça distributiva e diversidade. Nas sociedades orientais, como no caso da Índia, utilizam-se quatro principais justificativas: compensação

histórica de determinado grupo social, proteção de segmentos mais fracos da população, como prevê a Constituição indiana, igualdade proporcional e justiça social, que é a simples constatação de que existem grupos específicos que sofrem mais com as desigualdades sociais. As justificativas sociais e institucionais, no Brasil e na Índia, são distintas, mas a convergência de categorias que permeiam o campo da mitigação das desigualdades econômicas e sociais é significativa (FERES JÚNIOR et al., 2018). Um dos pontos consensuais, nas trajetórias sociais históricas de Brasil e Índia, que impulsiona a construção das políticas públicas das ações afirmativas nos dois países, é o reconhecimento da prevalência de imensas desigualdades sociais e econômicas. Nesse contexto, fica evidente a existência de uma diferença significativa entre as noções de classes sociais, no caso do Brasil, e sistema de castas, no caso da Índia. Existem características em ambas as sociedades que se manifestam no plano das representações coletivas inconscientes, uma espécie de naturalização de certas ações nessas sociedades, que discriminam determinados grupos sociais - no caso do Brasil, os negros, e, no caso da Índia, os indivíduos das castas subalternizadas. Pode-se afirmar que existem condições factuais e contextuais na sociedade brasileira e indiana que buscam caminhar no sentido do achatamento das disparidades nos dois países, contudo, as desigualdades sociais e econômicas em ambos os países permanecem.

A Índia apresenta a mais duradoura experiência com ações afirmativas de que se tem registro (DAFLON, 2008). Apresentar o modelo indiano de ações afirmativas, chamadas de “*reservation policies*”, auxilia na comparação das AAs desenvolvidas no contexto brasileiro. Medidas que visavam favorecer as minorias discriminadas na Índia começaram a serem implantadas desde a época dos colonizadores britânicos, ao final do século XIX, e tiveram sua continuidade assegurada pela Assembleia Geral Constituinte, após o processo de independência, em 1947 (DAFLON, 2008). Um dos maiores desafios das políticas públicas de ações afirmativas na Índia é a multiplicidade de beneficiários. Existem minorias culturais (tribos), grupos estigmatizados (intocáveis) e grupos discriminados, que sofrem mais de uma privação econômica (denominados “*other backward classes*”).

Os atuais beneficiários das políticas de reserva na Índia compõem 74,5% da população, dividida em três grupos. São eles: os intocáveis, que receberam, na época da colonização britânica, a denominação de “*Scheduled Classes*” (SCs), que representam cerca de 15% da população; as tribos ou “*Scheduled Tribes*” (STs), que

constituem 7,5% da população e sendo consideradas tribos as sociedades que dependem suas subsistência de áreas florestais; e por último os “*Other Backward Classes*” (OBCs), que são as castas consideradas baixas, que são desprivilegiadas social e economicamente e compõem quase 52% da população (TUMMALA, 1999). Mesmo depois da criminalização da diferenciação entre indivíduos pela casta, esses grupos sociais têm uma maior incidência de pobreza que o restante da população, assim como uma menor mobilidade social e retorno de investimentos educacionais (MADHESWARAN; ATTEWELL, 2007).

As questões que cercam as ações afirmativas na Índia são bastante controversas no país, mesmo com a tradição de mais de 70 anos. Esse universo manipula relações de poder importantes, e a bandeira das ações afirmativas é defendida, principalmente, pelos movimentos sociais dos grupos minoritários socialmente, como no caso do *Dalit Panthers*. O caso indiano mostra-se desafiador pela diversidade linguística, cultural, religiosa e territorial do país. (COSTA; SAXENA, 2007).

A ideologia da homogeneidade moderna em torno de valores universais e liberais se fez presente nas discussões indianas pré-Constituição de 1949, o que corroborou com a ideia ocidental de que o sistema de castas, com o tempo, se tornaria um sistema de classes. Contudo, na Assembleia Nacional Constituinte do país não foram essas as interpretações que prevaleceram (DAFLON, 2008). O que prevaleceu no texto da constituinte foi o reconhecimento do modelo de cidadania individual universal que não teria dado conta da heterogeneidade do país e das desigualdades dos sistemas de castas (DAFLON, 2008,). Em suma, nas grandes cidades, as noções tradicionais de hierarquia permanecem, ainda que a crença nas noções de puro e impuro estejam relativamente enfraquecidas (SHAH, 2002).

Em um primeiro momento, a implantação de tais políticas não suscitou grande reação da sociedade, que parece ter compreendido como justa a iniciativa de promover grupos discriminados. Contudo, em 1990, após um longo processo político liderado por movimentos sociais indianos, que começou em 1970 com a instauração de uma comissão para estudar as condições das minorias indianas, capitaneada por lideranças políticas em conjunto com os movimentos sociais, como o caso do B. P. Mandal, o Estado indiano estendeu suas políticas de tratamento preferencial aos postos do governo para as “*Other Backward Classes*” and “*Castes*” ou OBCs (SHARMA, 2005).

É interessante notar que os debates sobre AAs na Índia precederam em sete décadas aqueles que vieram a ser travados no Brasil bem mais tarde. São discussões sobre as possíveis contradições entre os princípios modernos de igualdade, entre os direitos do grupo e direitos individuais, bem como questões sobre mérito e eficiência das políticas ou até sobre grupos chamados de “*creamy layer*”, que seriam uma parcela dos grupos subalternizados que não precisaria das vagas de AAs e estariam monopolizando suas vagas na rede de ensino e a centralizar esses benefícios. Os pesquisadores indianos estudam todos esses temas pelo menos, meio século antes dos brasileiros (DAFLON, 2008,).

As políticas públicas de ações afirmativas no Brasil são bem mais recentes, sendo o primeiro caso em favor da população preta e parda. O Brasil tem uma longa trajetória, desde a época colonial, de ausência de leis que possam reparar ou mitigar as consequências históricas do processo de escravização dos africanos no Brasil desde o século XVI. A ausência de políticas públicas reparatórias intensificaram as desigualdades sociais em detrimento desse grupo em particular, fazendo com que a população brasileira se estratificasse por cor. A participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, foi considerada um marco histórico do início da inserção do tema das ações afirmativas na agenda das políticas públicas no Brasil.

O Brasil tem suas políticas públicas de AAs disseminadas a partir dos anos 2000, por meio da aprovação do sistema de cotas nas universidades públicas, que ganhou nova densidade na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das leis nos 12.711/2012 e 12.990/2014, que tornaram obrigatória para toda rede federal de ensino técnico, médio e superior e para serviço público federal.

Em 2003, durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo em vista as demandas do Movimento Negro, foi lançado o primeiro programa de ação afirmativa para estudantes pobres, pretos, pardos e com deficiência para o ensino superior privado, o ProUni. O ProUni constitui-se em uma parceria da esfera pública estatal com o setor privado, em que as universidades privadas recebiam isenção de tributos em troca do oferecimento de bolsas de estudos parciais ou integrais para os alunos representados pelas ações afirmativas. Além disso, a expansão da política de financiamento estudantil, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) contribui para a

ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo para aumentar as chances desta parcela da população alcançar melhores posições na sociedade, interrompendo um ciclo de vulnerabilização da população negra.

As universidades federais não tinham a obrigatoriedade de adoção de cotas até então. A pressão dos movimentos sociais sobre o Governo foram essenciais para a adoção das ações afirmativas em todo o território nacional, que variam entre cotas, reservas de vagas, bônus etc.; e contemplam uma variedade de beneficiários (negros, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiências físicas e alunos egressos de escolas públicas). Em 2011, 9,3% de todas as vagas existentes nas universidades públicas eram reservadas para candidatos pretos e pardos, 11,3% para alunos egressos de escolas públicas (o que no Brasil constitui indicativo de desvantagem socioeconômica) e 2% para outros (FERES; DAFLON; CAMPOS, 2011).

Em 2015, a participação relativa dos negros aumentou tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas. O peso relativo dos negros nas universidades públicas passou para 45,1% e, nas universidades privadas, passou para 43,3%. O acesso ao ensino superior isoladamente não acaba com as desigualdades raciais, porém contribui para aumentar as chances dessa parcela da população alcançar melhores posições sociais e consequentemente interromper este processo de vulnerabilização. No caso brasileiro, temos a especificidade do movimento negro bastante ativo nas questões de manutenção e reconhecimento da reserva de vagas para a população negra, inclusive participando ativamente da validação dos processos de autodeclaração em algumas universidades federais (GEMAA, 2020). Vale ressaltar que as ações afirmativas não são resumidas apenas à entrada no ensino superior, mas também na continuação dos beneficiários na universidade, com a garantia de iniciativas de permanência estudantil.

Podemos considerar que, para uma política pública de ação afirmativa obter êxito, ela precisa ter uma relativa aceitação pública, com justificativas bem definidas e defensáveis socialmente. Sendo assim, as questões que as AAs pretendem solucionar devem ser claras e encontrar suporte em um diagnóstico relativamente preciso da sociedade em que ela será aplicada, e seu desenho institucional deve ser coerente e corresponder às reflexões mais abstratas que possam surgir (DAFLON, 2007). Todos esses fatores facilitam a aceitação pública e, consequentemente, abrem caminho para que essas políticas sejam contempladas na agenda governamental.

A aplicação efetiva das AAs em sociedades desiguais, como Brasil e Índia, dependerá de uma aceitação coletiva da história de cada um destes países. No caso indiano, depende da aceitação das desigualdades inerentes ao sistema de castas, principalmente após o processo de colonização, e, no caso brasileiro, da aceitação de que existe racismo estrutural e institucional que percorrem toda a história do Brasil desde a colonização. A partir dessa interpretação histórica dos países, pode-se manejar a questão da reparação histórica de diferentes grupos sociais subalternizados. Em ambos os países não foi uma discussão fácil. A democracia liberal e que foca em direitos civis foi amplamente convocada nas discussões sobre o tema, e argumentos relacionados à questão da meritocracia e do mérito foram acionados para contestá-las.

Na discussão brasileira, a negação de um preconceito de cor é frequente, alegando-se que o Brasil, por ser um país miscigenado, não poderia adotar o modelo norte-americano de brancos e não brancos, que seria inadequado na nossa realidade social. Essa argumentação ignora completamente as interações raciais no sentido sociológico. Na Índia, não foi diferente em relação às castas, pois intelectuais indianos alegavam que esse sistema acentuaria a diferenciação de castas no país, reforçando a desigualdade. Alegavam que não se poderia promover justiça social se utilizando de discriminação. Contudo, entre os maiores êxitos das políticas de reserva de vagas na Índia, por exemplo, foi a ocupação de indivíduos dos grupos chamados intocáveis e OBCs em altas posições de prestígio social.

A cultura democrática liberal difunde princípios normativos de igualdade, de dignidade e de cidadania (DAFLON, 2008), que participa de um domínio hegemônico, que integra uma justificativa do modelo político adotado pelo Ocidente como justificativa de um modelo político que é frequentemente utilizado como forma de manipular uma linguagem de direitos, servindo como forma de problematização das posições sociais e para possíveis reivindicações. Por outro lado, esse mesmo Estado democrático não considera certos grupos, como os beneficiários das AAs, para que sejam percebidos como indivíduos que detêm direitos (DAFLON, 2008).

É possível perceber que, tanto no caso indiano como no caso brasileiro, o recurso da igualdade e da universalidade é manipulado como argumento. Ao mesmo tempo que o discurso ocidental reconhece que é fundamental para a superação das sociedades hierárquicas a igualdade, este discurso torna-se controverso quando existe uma crítica sobre a adoção das AAs e como elas podem ter um caráter antiuniversalista

e não igualitário. Esse tipo de recurso argumentativo parece não levar em conta como historicamente castas na Índia e classes, e principalmente raça, no Brasil foram categorias decisivas para negar um status integral de indivíduo para as pessoas pertencentes a esses grupos. São esses grupos que são destituídos de individualidade e, portanto, de direitos (GUIMARÃES, 1998).

As posições sobre o tema das ações afirmativas são controversas. Mesmo na Índia, em que as AAs estão presentes há mais de sete décadas, argumenta-se que existem pressões políticas contra elas. No entanto, no âmbito acadêmico, tanto no Brasil quanto na Índia, dificilmente se observam argumentos contra ou que não as consideram como positivas.

A Índia tem dilemas parecidos com os do Brasil, além do discurso da democracia liberal e a meritocracia, a experiência do país mostra um caminho com os efeitos das AAs a longo prazo. O que a experiência indiana pode nos mostrar é como as ações afirmativas isoladamente não parecem ser uma alternativa para reduzir a pobreza de países continentais, como é o caso dos dois países, mas ao mesmo tempo esse tipo de política pública tem uma força multiplicadora, além de modificar de forma considerável o perfil das classes médias, interferindo nos seus planos de representações sociais e gerando repercussões políticas.

A Índia pode nos mostrar como as AAs, aliadas a políticas de combate às desigualdades sociais, principalmente de castas no caso indiano e de raça no caso brasileiro, servem como elevação do status econômico dos grupos beneficiados e geram a diminuição do estigma que historicamente recai sobre esses grupos. Fundamental é não cobrar da ação afirmativa um papel que não deve ser desempenhado por ela, mas sim por outro tipo de política pública, que é a erradicação das desigualdades sociais (DAFLON, 2006).

Um campo de disputas dessas AAs no Brasil e na Índia refere-se a como será determinada a identidade nacional, como serão encaixadas as questões de castas e as questões raciais nessa nova construção histórica, em que os grupos subalternizados podem ter papéis novos na sociedade, acessar espaços antes impossíveis. Isso mostra a força do grupo, em que o êxito individual não chama tanta atenção, mas, quando um grupo ou uma parcela significativa do grupo consegue esse acesso, há um peso maior e uma possibilidade de mudança social muito mais significativa e potente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um esforço de síntese, considero que a noção de modernidade e o modelo de igualdade clássicos evidenciam um paradoxo em relação ao conceito de hierarquia (DUMONT, 1997). Esses dois modelos - igualitário e hierárquico - apresentam-se histórica e logicamente antagônicos. Nesse sentido, as experiências históricas de Brasil e Índia com seus processos de modernização e a busca de assumirem a ideia de modernidade clássica constituem bons exemplos para se refletir sobre esta dualidade.

Contudo, o que vimos ao longo deste artigo, no qual buscamos comparar as AAs em duas potências emergentes, é que a modernização em países do Sul global historicamente tem retroalimentado um sistema de desigualdades sociais que, em boa medida, acaba permitindo a presença de características do modelo hierárquico nesses países.

Um dos papéis importantes das políticas públicas de AAs nos contextos brasileiro e indiano contemporâneos consiste na formulação de alternativa à modernização dominante, conforme o modelo clássico, possibilitando um conjunto de ações e potencialidades de modernidades múltiplas de cada sociedade.

Como demonstra a literatura consultada para realização deste trabalho, o processo temporal de longa duração de consolidação da modernidade, pautado pelo eurocentrismo, colonialidade e, posteriormente, pelo imperialismo e pela globalização, constituiu um caminho que iniciou na colonização e na exploração das colônias pelas metrópoles europeias, no final do século XV e primeiras décadas do século XVI. Já os vários movimentos de modernização apresentam-se como resultantes contemporâneos da modernidade, que têm consequências na formação de valores sociais e projetos de desenvolvimento pelo mundo, que passam pela reprodução de padrões e normas desenhados pelos países hegemônicos (EUA e Europa Ocidental).

O reconhecimento da importância das AAs por parte de uma determinada sociedade ou Estado Nação parece constituir-se em uma forma clara de evidenciar a coexistência dos ideais de igualdade e de hierarquia. Para que ocorra esse caminho, o universo social tem esse horizonte imaginário da busca da igualdade e da superação da hierarquia, de forma consciente ou não.

Nas sociedades indiana e brasileira, da mesma forma que existem desigualdades sociais importantes e estruturais, a busca pela igualdade (pelo menos

em uma esfera pública e de direitos civis de acesso) mostra-se crescente com a adoção dessas medidas. Ao mesmo tempo em que as AAs são formas lógicas que correspondem a uma literatura igualitária clássica moderna, mostram-se capazes de possibilitar modos de modernidade distintos em outras sociedades, não necessariamente correspondendo a uma expectativa moderna habitual. Simultaneamente, pode ter correspondência com a lógica moderna e corresponder a outras possibilidades de existência. Os significados sociais da participação dessas camadas beneficiadas pelas AAs têm várias interpretações sobrepostas, não podendo ser pensada em uma relação única e simples.

Outra reflexão importante do trabalho diz respeito a como as estruturas sociais dos dois países têm diferenças e similitudes. No caso do Brasil, o racismo estrutural aparece como alicerce fundamental das desigualdades sociais, enquanto na Índia o fundamento do sistema é a discriminação contra as castas mais baixas. Nos dois casos, os beneficiários das AAs serão os indivíduos pertencentes a esses grupos subalternizados. No plano ideal, as sociedades modernas não deveriam possuir em sua estrutura social esse tipo de desigualdade, dado que o processo que leva à efetivação da igualdade de acesso às oportunidades é um pilar da modernidade. A partir dessa percepção, considero que existe a prevalência de traços do modelo hierárquico na Índia e no Brasil contemporâneos.

O artigo teve como aspiração a contraposição da ideia de superação das sociedades hierárquicas, por vezes chamadas de tradicionais, para sociedades modernas e igualitárias, como um processo universalizante pelo qual todas as sociedades deveriam passar, na lógica eurocêntrica e estadunidense. Teve como objetivo a reflexão sobre como essas duas noções, hierarquia e igualdade, são utilizadas nesses dois países emergentes do Sul global, como forma de manutenção e ao mesmo tempo da alteração das realidades sociais, sendo percebida a influência que a modernidade exerce globalmente.

Em síntese, a partir da análise do conhecimento para o melhor entendimento das AAs indianas, vislumbro uma perspectiva de futuro para as políticas públicas brasileiras direcionadas para grupos sociologicamente minoritários, visto que as AAs indianas têm quase 70 anos de história e traçam um caminho interessante. Ao mesmo tempo que percebo desafios cada vez maiores e mais complexos, as possibilidades de mudanças são promissoras e atentam para uma realidade favorável para novas

maneiras de reconhecimento da importância de AAs em países emergentes, como Brasil e Índia, fugindo da lógica da modernidade clássica e das consequências do processo de modernização. Outra questão relevante é entender que os desdobramentos da modernização não são apenas a dependência econômica dos países do Sul global em relação aos países do Norte global. É a dependência social, econômica, institucional, política e científica, entre outras, sobre as possibilidades de existência que nos são dadas pelo sistema capitalista, que o local originalmente nos foi reservado e como podemos nos reposicionar.

As reflexões deste artigo pretendem contribuir para o aprofundamento dos estudos contra hegemônicos na perspectiva das múltiplas modernidades nos países emergentes, principalmente em relação aos processos distintos dessas formas de modernidades. Contribuição para contrapor a lógica ocidental e produzir epistemes do Sul sobre o Sul, estabelecendo possíveis desdobramentos para os futuros da temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Feminismos plurais**: Racismo estrutural. [S.l.]: Polén, 2018.

DAFLON, V. Ação afirmativa em perspectiva comparada: uma discussão sobre o modelo indiano e o brasileiro *In*: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 32º encontro, Anais de evento., Caxambu (MG), 2008.

DAFLON, V. Políticas de reserva: o modelo indiano de ação afirmativa. Dissertação (Mestrado no Programa de Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 2007.

DAFLON, V. T. **Homo Hierarchicus: a trajetória de um clássico da antropologia francesa na Índia**. BIB, São Paulo, p. 5-18, out. 2016.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus o sistema de castas e suas implicações**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 35, p. 139- 163, 2001.

EISENSTADT, S. N. Múltiplas modernidades: ensaios. **Estudos políticos**, Lisboa, p. 649-655, 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERES JÚNIOR, J. *et al.* **Ação Afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V.; CAMPOS, L. A. **A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). Levantamento das políticas de ação afirmativa** (GEMAA), IESP-UERJ, 2011, p. 1-20.

GUIMARÃES, S. P. Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia. **Bras. Polít.**, p. 109-132, 1998.

Indicators | **Data.** Worldbank.org. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 11 Nov. 2020.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103

National Sample Survey Office (NSSO) | Ministry of Statistics and Program Implementation | Government Of India. Mospi.nic.in. Disponível em: <<http://mospi.nic.in/NSSOa>>. Acesso em: 15 Nov. 2020.

NOPES, A. **Eurocentismo e o projeto de modernização do Brasil:** uma análise sociológica a partir da fala dos engenheiros professores da UFSC (1960-1980). Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013.

PEILIN, L. *et al.* **Handbook on social stratification the BRIC countries change and perspective.** Singapore: World Scientific Publishing co pte.Ltd, v. 1, 2013.

PEIRANO, M. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SHARMA, K. N. For a sociology of India on the word (varna). **Contributions to indian sociology**, v. 9, n. 2, p. 293-298.

STUENKEL, O. **A Índia na ordem global** - série entenda o mundo. 1. ed. Rio de Janeiro. FGV, v. 32, 2014.

WALLERSTEIN, I. **World Systems Analysis.** 4. ed. [S.l.]: Duke University Press, 2004.

* Artigo recebido em 31 de julho de 2021,
aprovado em 22 de setembro de 2021.